

Partido e revolução: 1848-1989*

de Marcelo Braz

O partido, como o conhecíamos

por Fabrizio Rigout**

Como se infere imediatamente do título, *Partido e Revolução: 1848-1989* é um livro ambicioso. Marcelo Braz se propõe fazer uma história do programa dos partidos revolucionários do período à luz dos desafios que a prática política lhes impôs. Por revolucionários, entenda-se aqueles ligados ao operariado e inspirados pelo pensamento de Marx, o que exclui outros movimentos anti-sistema do período, o anarco-sindicalismo, partidos nacionalistas formados durante lutas pós-coloniais ou ainda aqueles de cunho religioso e teocrático, todos proponentes, à sua maneira, de uma subversão radical da ordem constituída. O livro se assenta, portanto, sobre uma base teórica marxista, concebendo a revolução nesse período histórico como o processo de construção de uma sociedade sem classes, protagonizado pela classe trabalhadora.

É de se aplaudir o enorme esforço intelectual de se dedicar uma obra à reconstrução dos debates ideológicos e desafios estratégicos em jogo no seio dos partidos comunistas ao longo dos 125 anos que vão da criação da Associação Internacional de Trabalhadores, com Marx ainda ativo no direcionamento político da luta operária, até a crise do socialismo de estado. Não é trabalho para um livro só, ainda mais se tratando originalmente de uma tese de doutoramento (da qual o autor extraiu quatro capítulos), exercício que convencionalmente impõe restrições severas de escopo às ambições do pesquisador em face de exigências práticas. Mas se pensarmos esta obra como uma espécie de narrativa concisa das conquistas e erros da organização partidária revolucionária ao longo, principalmente, do século XX, sua contribuição fica evidente.

*São Paulo: Expressão Popular, 2011.

**Doutor em Sociologia University of Califórnia, Berkeley. End. Eletrônico: fabrizio@planpp.com

No primeiro capítulo, nos é dado conhecer a teoria marxiana do estado e sua sabida insuficiência para a compreensão de como os interesses de classe ali operam. O estado não era tão simples quanto um comitê executivo em que a burguesia alinhava suas diferenças e, em parte por isso mesmo, pedia uma teoria sobre quais forças, humanas ou estruturais, deveriam atuar para que a ordem política fosse derrubada. Esse desafio teórico alimentou os debates da Segunda Internacional, em que a concepção de partido de Lênin acabou por prevalecer sobre as demais, a maioria de cunho social-democrata. Lênin, como se sabe, apresenta sua ideia da ditadura democrática do proletariado como período transicional para a dissolução do estado. O triunfo de 1917 comprova sua hipótese de que os trabalhadores devem ser liderados por uma vanguarda e que a revolução depende do senso de oportunidade que esses líderes entreveem no momento histórico. A ascensão bolchevique consolida o programa revolucionário de tomada do poder à força, estratégia que não seria mais contestada dentro da URSS e tornada horizonte para os partidos por ela apoiados no exterior.

A parte seguinte da narrativa é dedicada a uma minuciosa discussão das conquistas dos bolcheviques, que viveram um período de rica experimentação com arranjos econômicos no período que vai até 1924, com a morte de Lênin. “Os modelos eram aqueles que melhor se adequassem às necessidades de manter o partido hegemônico” (p. 137), e assim foram: durante a NEP tentou-se desde a taxação de excedentes agrícolas até a atração de investimentos estrangeiros. Esse pragmatismo, ainda que rechaçado por Stalin posteriormente, seria retomado na prática política nos estados que viriam a implantar o socialismo tardiamente, no pós-guerra, que procuraram manter o controle centralista-burocrático da sociedade, com concessões a práticas econômicas inspiradas no capitalismo a fim de conter insatisfações sociais.

Neste ponto o livro faz pano rápido para a parte seguinte em que explora as origens e o desenvolvimento do modelo stalinista, ainda que fosse interessante pausar para uma reflexão teórica sobre as consequências do divórcio progressivo entre modelo político e modelo econômico para a ação partidária. Os imperativos da realidade que direcionaram regimes socialistas para a “heterodoxia” estão pouco explorados no livro, tendo sido dada prioridade ao debate interno do marxismo e às resoluções tomadas dentro da União Soviética e da Internacional Comunista. Esta última escolha se explica em função da ascendência do PCUS sobre o processo revolucionário em outros países, enquanto a primeira faz por estreitar um pouco a reflexão ao não incorporar uma perspectiva mais empírica sobre como os atores políticos reagem aos desafios institucionais impostos – temendo, talvez, entrar na seara da ciência política tradicional.

Ao tratar do período pós-1968, a análise enfim encara a realidade política em curso no Ocidente, onde os partidos comunistas se deparavam com plataformas reformistas concorrentes na forma do estado de bem estar social. O leitor fica desejoso que esse ótimo capítulo se estenda e se desdobre expondo as limitações e possibilidades do saber político de base marxista à luz de um século de prática revolucionária. A obra, entretanto, coerente com o propósito exposto na introdução, permanece na crítica interna às vertentes da esquerda contemporânea que veem no partido apenas um dos instrumentos possíveis de transformação profunda da sociedade. É uma objeção pertinente no sentido de que, a se manterem as instituições fundamentais do estado nacional tais como são hoje, essencialmente de democracia representativa em moldes iluministas, o acesso ao poder se dará por meio do partido político organizado. Anti- ou pró-sistema, armado ou desarmado, o partido ainda é o meio mais eficaz de se concentrar e administrar recursos materiais com fins de conquista do poder.

Por outro lado, como espaço social para se organizar ideias sobre política e principalmente como ferramenta de mobilização sem a oferta de benefícios materiais em contraparte, o partido há muito vem perdendo sua atratividade não só para outras formas associativas como também para movimentos sociais fixados em uma conquista específica. Encarar essa realidade implica em rever as razões pelas quais se deu essa desagregação de interesses, bem como seu nexos com a própria fragmentação da esfera do trabalho. Olhar para as conquistas e erros do passado não trará tantos frutos intelectuais quanto procurar compreender os desafios presentes que as transformações sociais impõem à política revolucionária, em face da rapidez com a qual as forças de produção se transformaram desde os anos noventa, notadamente do ponto de vista tecnológico, e que redundaram numa maneira muito mais particularista de se estar no mundo e percebê-lo.

Partido e Revolução: 1848-1989 nos apresenta uma narrativa competente da trajetória dos partidos revolucionários no período, expondo com clareza como o socialismo tomou forma e construiu suas bases sociais tendo o partido como instituição central; e como o enrijecimento, dogmático e estamental, dessa instituição, acabou precipitando sua própria derrocada durante o período de estagnação econômica de fins do século XX. A conclusão deixa em aberto qual seria um programa viável para um partido que ambicionasse abolir as classes sociais e tivesse a classe trabalhadora à sua frente, o que não se pode imputar totalmente ao autor em face do quase abandono do tema pela esquerda, mas que o leitor espera como resultado da crítica programática exposta ao longo do livro. Não obstante, trata-se pesquisa esmerada, que transita desembaraçadamente pelo cânone comunista, e é bem-sucedida na síntese histórica a que se propõe.